

## A RESERVA INDÍGENA DE DOURADOS-MS: CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O MODO DE VIDA GUARANI

Jaime Ribeiro de Santana Junior  
jaime\_rsj@hotmail.com

### Introdução

Os povos indígenas contemporâneos são profundamente marcados por processos de colonização, extremamente agressivos e violentos, que destruíram não seus territórios e recursos naturais, mas grande parte dos povos que viviam na região antes da chegada dos europeus. Nesse sentido, torna-se evidente que a nova ordem estabelecida vai de encontro ao modo de vida indígena, atingindo tanto seu espaço vivido quanto sua cultura, causando profundos impactos sobre o seu modo de vida.

Nessa lógica, as transformações que vêm ocorrendo no campo sul-matogrossense, tem sido foco de vários trabalhos teóricos para a compreensão das relações que são desencadeadas no território indígena. Todavia, as políticas de colonização do país sempre estiveram atreladas a intregação nacional, no sentido de estabelecer algumas regiões do país como extensões da região Sudeste, como mercado consumidor e fornecedor de matérias-primas. Por sua vez, essas políticas interferiram diretamente no espaço vivido pelas populações indígenas.

A partir de uma análise histórica, percebemos um crescente processo de exclusão e violência aos povos indígenas. Já que historicamente, viviam livremente, sem limites territoriais, a não ser os definidos pelas próprias etnias. Por meio da coleta, da caça e da pesca retiravam do seu espaço vivido o que necessitavam para sobreviver, desde alimentos a ervas medicinais. Sempre tiveram forte ligação com o território, de onde retiravam o seu sustento e estabeleciam seus rituais. Deste modo, percebemos a importância do território para os índios.

Para a compreensão da atual situação indígena na região de Dourados, é necessário primeiramente entender a importância do território para as relações indígenas. Nesse contexto, para Haesbaert (2004) há várias noções de território, agrupadas em três vertentes: *política* (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-políticas (relativa às relações espaço-poder institucionalizadas), a mais difundida, em que território é visto como espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, muitas vezes não exclusivamente relacionado ao poder político do Estado; *cultural* ou simbólico-cultural, que prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido; e por fim, *econômica*, menos difundida, que enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, sendo o território fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital e trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho.

Podemos entender deste modo, que o território é, então, o local onde se encontram as fontes de recursos e se estabelecem as relações sociais e de poder, além de, ser o local onde se estabelecem trocas culturais e simbólicas ao espaço ocupado, com grande apego e forte relação com o espaço vivido. Compreendemos que, o território indígena está vinculado ao seu *tekoha*<sup>1</sup>, modo como os Guarani estabelecem suas relações sociais, que tem estreita ligação com o espaço físico ocupado.

[...] os Guarani denominam os lugares que ocupam de *tekoha*, significando o lugar físico (terra, mato, campo, águas, animais, plantas, remédios, etc.)

---

<sup>1</sup> O termo *tekoha* tem um sentido polissêmico ligado a terra, à natureza e às relações sociais, políticas e religiosas pelos grupos Guarani. Abarca a noção de local onde se realiza o modo de ser. Pode ser definido como local onde se realizam as relações sociais entre as famílias extensas (TROQUEZ, 2006, p. 32).

onde se realiza o *teko*, o “modo de ser”, o estado de vida guarani. O *tekoha* engloba a efetivação de relações sociais de grupos macro familiares que vivem e se relacionam em um espaço físico determinado. Idealmente este espaço deve incluir, necessariamente, o ka’aguy (mato), elemento apreciado e de grande importância na vida desses indígenas como fonte para coleta de alimentos, matéria-prima para construção de casas, produção de utensílios, lenha para fogo, remédios, etc. O ka’aguy é também importante elemento na construção da cosmologia, sendo palco de narrações mitológicas e morada de inúmeros espíritos. Indispensáveis no espaço guarani são as áreas para plantio da roça familiar ou coletiva e a construção de suas habitações e lugares para atividades religiosas (ALMEIDA&MURA, 2003, apud NUNES, 2005, p. 01).

Atualmente os indígenas do Mato Grosso do sul perderam quase todas suas terras, juntamente com suas culturas e, estão limitados a certos limites territoriais, confrontando o seu modo de vida tradicional, de viver livres de fronteiras. Agregam-se ainda, problemas de demarcação de terra, conflitos com fazendeiros e escassez de recursos naturais. As áreas a que estão submetidos estão totalmente degradadas, não havendo recursos naturais essenciais para a sua sobrevivência a partir da perspectiva histórica cultural indígena.

Na Reserva de Dourados a situação não é diferente. Há escassez de recursos naturais, alta densidade demográfica, proximidade com a cidade, levando a população a seguir outros meios para sobreviverem, abandonando traços culturais elementares, já que não conseguem mais sobreviver a partir de seus princípios tradicionais, ou seja, em virtude da conjuntura atual da Reserva, a realização do *tekoha* encontra-se fragilizada.

Esses fatores têm levado os indígenas a mendigarem pela cidade ou se subordinarem às relações de produção capitalistas – venda da mão-de-obra nas usinas de cana-de-açúcar, nas fazendas ou na própria cidade – afrontando aspectos peculiares ao seu modo de vida tradicional.

Nesse sentido, a proposta de trabalho foi analisar as relações dos indígenas com o território para a reprodução da sua existência, identificando dificuldades e alternativas encontradas na luta pela sobrevivência diária, a partir da relação no interior da Reserva, ou fora dela, e analisar apoios concedidos por órgãos como: FUNAI - Fundação Nacional do Índio; FUNASA - Fundação Nacional de Saúde; Prefeitura Municipal de Dourados. O recorte definido para a pesquisa foram as 110 famílias da Aldeia Bororó, beneficiadas pelo projeto *Estrela Ará Poty*<sup>2</sup>. Essas famílias estão distribuídas em toda Aldeia e foram contempladas devido ao elevado grau de precariedade e miséria em que viviam, pela necessidade urgente de moradia, e condições mínimas de saneamento básico, conforme a avaliação do poder público municipal. Foram beneficiadas 94 famílias Caiuás, 15 famílias Guarani e uma família Terena.

Para alcançarmos os objetivos, realizamos pesquisa bibliográfica sobre o tema, possibilitando uma melhor análise sobre a questão indígena, com relação à sua existência, suas diferenças étnicas, seus troncos lingüísticos, além de entender sua relação com o território. Procedeu-se um estudo específico da área de realização do trabalho, no caso, a Reserva Indígena de Dourados/MS, destacando características da Reserva.

Realizamos entrevista com a Assistente Social Ângela Maria, da Superintendência de Habitação, que trabalhou nas ações sociais do Projeto Estrela Ará Poty. Em outro momento, entrevistamos o Capitão Luciano Avalo, liderança indígena da Aldeia Bororó. Entrevistamos também duas agentes de saúde indígenas, e por fim, entrevistamos o

---

<sup>2</sup> Projeto de habitação indígena, que beneficiou 200 famílias na Reserva Indígena de Dourados (110 Aldeia Bororó e 90 Aldeia Jaguapirú) é uma iniciativa da Prefeitura Municipal de Dourados, realizado em parceria com o Governo Federal, Caixa Econômica Federal e FUNASA (Fundação Nacional de Saúde).

Superintendente de Agricultura Familiar, na incumbência de nos inteirarmos das ações e dos objetivos dos projetos destinados à Aldeia.

Após essas etapas, realizamos visitas às famílias analisadas, com a aplicação de um questionário em 56 das 110 famílias da Aldeia Bororó, visando compreender como os índios vêm realizando o seu modo de vida atualmente.

### **Modo de vida Guarani: abordagens iniciais**

Os Guarani no Brasil Meridional podem ser divididos em três grandes grupos: Os Ñandeva, os Mbüá e os Kaiowá. A divisão em três subgrupos se justifica por diferenças, sobretudo lingüísticas, mas por peculiaridades na cultura material e não material (SCHADEN, 1974).

Os grupos étnicos de língua Guarani que estão presentes na Reserva de Dourados são os Kaiowá e os Guarani (Ñandeva). Possuem similaridades do ponto de vista lingüístico, de organização social e sistema religioso, mas ainda assim, há várias diferenças. De acordo com Troquez:

Pesquisadores [...] costumam não fazer muita distinção e/ou comparações entre os Kaiowá e os Guarani (Ñandeva). Alguns adotam o termo Guarani ou Guarani/Kaiowá para se referir aos dois grupos, embora admitam tratar-se de parcialidades ou subgrupos que, apesar das semelhanças, especialmente, na forma de organização social, possuem algumas características lingüísticas e culturais. Outros usam Guarani-Kaiowá para os Kaiowá e Guarani-Ñandeva para os Guarani (TROQUEZ, 2006, p. 35).

Torna-se difícil o entendimento das tradições e costumes indígenas relacionados a cada etnia, tendo em vista, a complexidade que muitos autores usam para identificá-los. Ressaltamos que debater essas formas de identificá-los não constituíram objetivo deste trabalho, mas sim analisar de forma geral o modo de vida dos indígenas da Reserva de Dourados na atualidade, em especial dos Guarani que residem na Aldeia Bororó.

Os Guarani tem seu modo de vida tradicional diretamente ligado ao território ocupado, ou melhor, com seu *tekoha*, de onde os mesmos realizam seu modo de ser, estabelecem suas relações sociais e atribuições espirituais. Para Conradi (2007), o *tekoha* é um espaço controlado pelos povos indígenas, assim agentes externos não tem o poder de decidir sobre a ocupação da terra. É nele que se dá todas suas relações sociais, espirituais e de sobrevivência, é o elemento fundamental para o desenvolvimento do modo de ser Guarani.

Traços tradicionais e importantes da cultura Guarani são os núcleos e as relações familiares. Susnik (1979-80) destaca como sendo:

[...] como sendo a célula básica comunitária dos Guarani [...] cada *te'yy-oga* (casa grande) dos Guarani podia abrigar de 10 a 60 famílias [...], com seus fogos e camas. A casa grande abrigava uma família extensa, que representava a unidade socioeconômica básica, com suas roças, áreas de caça e pescaria, delimitadas por rios e outros acidentes geográficos (SUSNIK, 1979-80, apud BRAND, 1993, p. 81).

A estrutura familiar Guarani é composta por famílias extensas, que são unidades de produção e consumo, onde os homens tinham o papel de limpeza do terreno, e as mulheres o do plantio, colheita e transporte dos produtos.

Na casa grande, composta por várias famílias de mesmo grau de parentesco, há a presença do chefe (cacique), que quanto maior sua família, maior o seu prestígio. Quando surgem eventuais divergências e, não superadas, a família menor se retira da casa grande e se junta à outra ou permanece sozinha. Nesse sentido, Gadelha (1980) destaca que cada um

desses chefes era dono de uma casa de aldeia, com mulheres e filhos que, por sua vez, ao se casarem e constituírem família aumentava o prestígio do chefe principal devido à ampliação do ramo inicial da família.

Dentro desse contexto, evidenciamos algumas características importantes e tradicionais da história Guarani, marcadas pela forte relação com o território, com seu *tekoha*, a partir do qual realizam todas as suas relações sociais, espirituais e de sobrevivência, por meio de uma estrutura familiar marcada por famílias extensas.

## A Reserva Indígena de Dourados

As concessões de terra feitas pelo Governo Federal à Companhia Mate Laranjeira<sup>3</sup>, fundada em 1883, atingiram os territórios indígenas do sul do estado, cuja área chegou a mais de um milhão de hectares.

Observa-se que, a partir de 1880, com a instalação da Companhia Mate Laranjeira nos territórios ocupados pelos indígenas, diversas e sucessivas frentes de expansão não indígenas se fizeram presentes na região influenciando no surgimento de povoados e pequenos trechos de vias de transportes rodoviários e ferroviários para o escoamento dos produtos, atrelando ainda mais os conflitos entre os indígenas da região e os possíveis colonizadores (TROQUEZ, 2006).

Associada a essa questão de expansão das fronteiras de ocupação agrícola do país, estabeleceram-se disputas pelas terras agricultáveis da região e os povos indígenas foram cada vez mais limitados a viver em áreas demarcadas.

Nesse sentido, os processos de demarcações de áreas para os indígenas quase nunca respeitavam suas culturas, sua posse natural da terra, o que trouxe como consequência, o fato de as reservas abrigarem vários povos indígenas, com culturas, com línguas, com tradições totalmente diferentes, ou seja, sem levar em consideração o *tekoha*, resultando entre os indígenas, conflitos e “adaptações”.

[...] as Reservas Indígenas foram resultadas de um projeto claro de colonização e civilização que desconsiderou as especificidades (étnicas, culturais e históricas) dos indígenas e negou-lhe o direito a posse das terras que tradicionalmente ocuparam (TROQUEZ, 2006, p. 32).

Com a criação das Reservas, o Estado poderia liberar o restante do território para os colonos, para desenvolver de forma mais intensa o processo de colonização e ocupação dessa região, além de concentrar as populações indígenas em locais específicos, facilitando assim o acesso a essa mão-de-obra, que se tornava farta e barata. Processos esses gerenciados pelo SPI (Serviço de Proteção ao Índio), já que o próprio Serviço de Proteção ao Índio servia como agenciador de índios para o trabalho de extração de erva mate (TROQUEZ, 2006).

Essas políticas de criação de Reservas, iniciadas a partir de 1915, visavam também inviabilizar o modo de ser tradicional dos povos indígenas, ou seja, desarticular e controlar o *ñande reko* (modo de ser) dos Guarani, na tentativa de transformar os indígenas em reserva de mão-de-obra, que só seria possível com o enfraquecimento da identidade indígena.

---

<sup>3</sup> Foi uma das maiores arrendatários de terras do Brasil no período da I República, um grupo privado de exploração da erva-mate. O ciclo da erva-mate teve início em Mato Grosso com o decreto nº 8.799, do Governo Imperial, datado em 9 de dezembro de 1882, o qual legaliza a concessão de exploração da erva-mate em terras devolutas na província de Mato Grosso a Thomaz Laranjeira, e este se associa em 1892 ao Banco Rio e Mato Grosso, de propriedade da família Murinho, políticos influentes junto ao Governo republicano da época. Desta união, originou-se a Companhia Matte-Laranjeira e, em 1902, a Companhia passou a ser Firma Laranjeira, Mendes & Cia. (PONCIANO, 2001, p. 96)

Verifica-se assim, a intenção do Estado em transformar os indígenas em trabalhadores, ou seja, mão-de-obra, principalmente para as áreas produtoras de erva mate e para as novas propriedades que surgiam e em cumprir e adaptar a legislação em favor da implantação das grandes propriedades e ao enfraquecimento dos órgãos indigenistas.

No período de 1915 a 1928, o SPI “reservou” oito áreas de terras a serem demarcadas e homologadas como reservas indígenas, no atual estado de Mato Grosso do Sul, sendo elas: Benjamim Constant (1915, em Amambaí); Francisco Horta Barbosa (1917, em Dourados); José Bonifácio (1924, em Caarapó); Sassaró ou Ramada (1928, em Tacuru); Limão Verde (1928, em Amambaí); Takaperi (1928, em de Coronel Sapucaia); Pirajuy (1928, em de Paranhos) e Porto Lindo (1928, em de Japorã). Todas essas áreas totalizariam 18.297 hectares de terras. (TROQUEZ, 2006, p. 32).

Em 1915, o SPI passa a atuar junto aos Guarani da região da atual Grande Dourados, momento em que ocorre a primeira redução da área de atuação da Companhia Mate Laranjeiras, possibilitando a venda de áreas a terceiros. Os indígenas da região de Amambaí foram os primeiros a ganharem Reserva de terras, chamada Reserva Benjamim Constant.

A Reserva Indígena de Dourados foi à segunda área de terras reservada por meio de decreto para índios da região da Grande Dourados, e não fugiu a todas essas tendências políticas de interesse em “confinar” os indígenas em local determinado para redistribuir as terras restantes a terceiros e criar reserva de mão-de-obra.

A Reserva, criada em 1917, só teve seu processo de demarcação, homologação e recebimento do título definitivo concluído, 48 anos depois, ou seja, em 1965<sup>4</sup>. A área prevista era de 3.600 hectares, mas a reserva foi demarcada e homologada com 3.539 hectares. A doação feita pelo presidente da Província de Mato Grosso, era de uma área de 3.600 hectares, porém no processo de demarcação, 61 hectares foram perdidos para proprietários circunvizinhos (WENCESLAU, 1990).

Embora as Reservas tenham sido legalmente demarcadas e registradas, tem ocorrido um constante processo de redução das áreas dessas Reservas, conforme apresenta Brand (1993), onde os fazendeiros e o próprio Governo Federal insistiam em avançar ainda sobre as terras indígenas, reduzindo-as.

Nesse contexto, fica evidente o interesse do Estado em criar mecanismos de confinamento em lugares específicos para os povos indígenas que ocupavam a região, para assim, transformá-los através da desarticulação do seu modo de ser tradicional, em um mercado de mão-de-obra, além do que elaborar políticas para a ocupação e colonização do restante do território.

A Reserva de Dourados possui uma característica peculiar, já que é formada por três etnias: Caiuás (Kaiowá), Guarani (Ñandeva) e os Terena. Formada pelas Aldeias Bororó e Jaguapirú, localiza-se a norte da cidade, tendo seus limites a um km do perímetro urbano do município. Possui solos considerados nobres para a prática da agricultura, com predomínio de Latossolo Vermelho (antigo Latossolo Roxo), de textura muito argilosa e relevo plano a suave ondulado. Sua área total é de 6.127,60 m<sup>2</sup>. Estima-se atualmente uma população superior a 12 mil habitantes, distribuídas nas duas aldeias, configurando uma densidade demográfica de mais de três habitantes por hectare, em uma área totalmente degradada, impossibilitando qualquer atividade tradicional.

Dados da FUNASA (2002) apontavam na Aldeia Bororó uma população de 3.609 habitantes residindo em torno de 800 residências. Tal situação indica a impossibilidade de

---

<sup>4</sup> As terras compreendem 3.539 hectares e estão tituladas de acordo com o Decreto nº 404 de 03/09/1917 e registradas às folhas 82, do livro nº 23, em 14/02/1965, no Cartório de Registro de Imóveis; na Delegacia Especial de Terras e Colonização de Campo Grande em 26/11/1965 (TROQUEZ, 2006, p. 33).

sobrevivência pelos seus costumes tradicionais, fato que se comprova, dentre outros fatores, pelo elevado índice de mortalidade e subnutrição infantil. Vem agravar essa situação, os dados mais atuais, que apontam em torno de 6 mil habitantes residindo em cerca de 1000 residências nessa aldeia.

Observamos que a Reserva, além de possuir uma composição étnica atípica, com três etnias, encontra-se em um processo constante de degradação dos recursos naturais, que a partir de seus costumes tradicionais são a fonte de sobrevivência indígena.

### **Problemas enfrentados**

A partir de uma análise histórica, observa-se que no Brasil se construiu uma história que silencia e apaga a imagem e a presença do índio nas representações históricas da sociedade brasileira. De acordo com Orlandi (1993) “a política social, a religião (catequese) se articulam para apagar a presença do índio na constituição da identidade cultural brasileira.

Na Reserva de Dourados, a situação não é diferente. Levando-se em conta o “confinamento”, a escassez de recursos naturais, a grande população existente, a proximidade com o perímetro urbano e o elevado quadro de miséria atual, a população indígena vem reconstruindo seus referenciais de vida para buscarem a sobrevivência, abandonando traços culturais elementares (os que ainda restam), já que não conseguem mais sobreviver da coleta, da caça, da pesca, e da agricultura.

Essa população enfrenta inúmeros problemas, causados principalmente pelo seu confinamento. Para Brand (1993), a sobreposição dos tekoha dentro das reservas demarcadas impõe mudanças profundas na forma tradicional de utilização da terra e organização do espaço, tendo em vista, as diferentes etnias presentes e a divisão da Reserva em lotes. Além do que, não ocorreu apenas a perda da terra pelos indígenas, mas da inviabilização do seu modo de ser:

A perda da terra veio acompanhada pela interferência direta e permanente do Estado no dia a dia da vida na Aldeia, com a correspondente imposição de novas chefias e, progressivamente, [...] a divisão em lotes e a desarticulação das relações de parentesco e de solidariedade (BRAND, 1993, p. 244).

A proximidade com a cidade é fator determinante para problemas culturais, já que causa entre os indígenas, o sentimento de oportunidade, em contrapartida, aumenta a discriminação, além de, gerar limites de expressão cultural e espiritual, já que os Guarani situam suas vidas em um espaço místico-religioso, de difícil compreensão pelo não índio, levando os indígenas a esconderem seus rituais e aspectos culturais, como suas danças, por exemplo. Além do que, sofrem forte influência de aspectos culturais não índios, como nos fala Ailton Fernandes<sup>5</sup>, morador da Aldeia Bororó:

Toda a molecada de hoje tão aprendendo negócio da dança do estrangeiro, dos negócios que vem dos discos de platina (CD), e os próprios nossos parentes que vê esses negócios dos brancos [...] a molecada de hoje, quer viver só coisa do branco [...] tem nós que queremos mostrar nossa cultura, ai tem vinte que quer mostrar a cultura nossa, mas ai já tem quarenta que não quer mostrar.

A inserção da cultura não índia está desestimulando, principalmente entre os mais jovens, a aprendizagem das rezas e danças próprias dos indígenas. Desestimulada, a casa grande, capaz de abrigar várias famílias, são quase que inexistentes atualmente na Reserva. Cerimônias espirituais e culturais estão fragilizadas, já que ocorreu fragmentação familiar aliadas à diluição das referências espirituais e políticas em função das novas estruturas de

---

<sup>5</sup> Entrevista realizada no dia 10 de dezembro de 2007.

poder instituídas externamente, como a figura do Capitão, que atua na forma de líder, acarretando perda de identidade do cacique, que historicamente desempenhava a função de chefe e do pajé, que desempenhava o papel de sacerdote.

O indígena Guilherme Paná<sup>6</sup>, morador na Aldeia Bororó, nos fala que: “*falta liderança forte dentro da Aldeia, por isso que está entrando esse negócio de droga e violência aqui dentro da Aldeia, porque não tem mais quem toma providência, quem começa cuida dentro da Aldeia, já não existe mais*”. Percebemos que entre alguns indígenas, a figura de um líder (anteriormente representado pelo cacique), que possa organizar os indígenas está enfraquecida. A figura do atual capitão está defasada, não representa, para eles, uma liderança que considerem forte.

Na esfera religiosa, a estrutura sofre outra desarticulação, devido à presença de novas ordens religiosas externas, como a igreja católica e evangélica, criando assim, novas crenças, novos ideais divinos, rompendo, em sua totalidade a relação místico-religiosa que os indígenas possuem espiritualmente com o território.

As formas de vida tradicional e as representações religiosas Guarani - cerimônias, rituais, cantos e símbolos, como o mbaraka, o apyka e a mba'e marangatu - são combatidas e condenadas, com maior ou menor intensidade, ou mesmo violência, dependendo do agente religioso e seus ímpetos de fé (ALMEIDA, 2001, p. 226).

Para Ailton Fernandes, “*a reza que o branco faz, tá fazendo os índios segui essas rezas, as igrejas que vem de lá (cidade) tá tomando o lugar das nossas reza, das nossas dança*”. Os indígenas estão seguindo tendências religiosas não índias, abandonando elementos religiosos próprios do seu modo de vida.

A organização familiar de produção e consumo coletivo que sempre representaram união e fortalecimento indígena encontra-se em dificuldades, já que há constante perda do senso de coletividade e de cooperativismo entre seus membros. Tal situação é agravada pela desestruturação política e religiosa, em razão da divisão em lotes das áreas indígenas e, principalmente, pela fragmentação da família extensa.

O enfraquecimento do núcleo familiar - unidade básica da sociedade indígena - está associado à necessidade de trabalhar fora dos limites da Aldeia. Ausência muitas vezes prolongada, em sua maioria do chefe de família, leva-os a ficar certo período de tempo sem uma base estrutural, gerando o enfraquecimento da ordem familiar.

Os recursos naturais sempre representaram fonte de sustento, mas em virtude do desmatamento ocorrido na Reserva, à degradação quase que total desses recursos atualmente, tornado inviável a sobrevivência a partir desse meio. Associam-se a essa questão, processos erosivos, devido à retirada da cobertura vegetal e o uso inadequado de máquinas e implementos agrícolas. Sofrem ainda com solos degradados, com alto teor de acidez; presença do capim colônia; falta de matas nativas para extração de madeiras, ervas medicinais e de produtos utilizados na confecção de artesanatos, ou até mesmo de uso religioso; falta de capim sapé, utilizado na construção das ocas e casas de rezas; assoreamento e contaminação dos mananciais de água.

A falta de madeira é tão dramática que alguns indígenas que possuem ainda mata em seus lotes, comercializam a madeira. A indígena Cristina Junca<sup>7</sup>, moradora na Aldeia Bororó, afirma ter que pagar 40 reais por uma carroça cheia de madeira. Na figura 1, observamos uma área totalmente desmatada na Aldeia Bororó.

#### **Figura 1 – Área desmatada**

<sup>6</sup> Entrevista realizada no dia 10 de dezembro de 2007.

<sup>7</sup> Entrevista realizada no dia 10 de agosto de 2007.



Foto: Santana Junior, 2007.

O arrendamento das terras indígenas remonta do século XX, quando Guarani e Terena mecanizaram suas lavouras e introduziram a soja no interior da Reserva, gerando entre ambos, busca por ampliação das terras no interior da Reserva, atingindo, terras Kaiowá, o que levou a FUNAI a dividir a Reserva em lotes iguais. Sobre isso Brand (1993) destaca:

No ciclo da soja, os problemas de terra deslocam-se para o interior da Reserva [...] provocou concentração da já pouca terra dentro da Reserva [...] então, além do loteamento imposto, instaura-se uma disputa por lotes cada vez maiores por parte dos índios que adotam a mecanização (BRAND, 1993, p. 174).

O processo de arrendamento torna-se ainda mais evidente nas palavras do Capitão Ramão, em 1984, *“aqueles que não conseguem cultivar todo o seu lote são obrigados a cedê-lo aos trabalhadores que querem desenvolver”*. Instauram-se no interior da Reserva, contratos de arrendamento de terra, que eram feitos através da intermediação do capitão e/ou funcionários da FUNAI. Tinham duração seis anos e pagos em dinheiro (BRAND, 1993).

Na atualidade, esse é um processo freqüente entre os indígenas, que em sua maioria arrendam suas terras para fazendeiros da região ou para outros índios, excluindo ainda mais parcelas da população ao acesso a terra, que já é insuficiente, expandindo ainda mais a monocultura, basicamente da soja, no interior da Reserva.

A agricultura, uma das principais características indígenas, encontra-se em dificuldade, haja vista a falta de sementes, ramas e mudas, que sejam resistentes aos agrotóxicos utilizados na cultura da soja. Historicamente, realizavam a agricultura familiar em áreas livres, não havendo agrotóxicos que prejudicassem a produção. Produziam em solos férteis e usavam um sistema de rotatividade:

[...] usavam o sistema conhecido como coivara<sup>8</sup>, onde se derrubava o mato, queimava e se plantava com o auxílio de um bastão. Após repetir o mesmo processo, durante três a quatro anos, era necessário buscar outra área de mata e iniciar o mesmo processo. Na roça antiga, enquanto o mato se recuperava, continuavam a ser buscados alguns produtos de ciclo mais longo. Eram as áreas preferenciais para a coleta e a caça. [...] A rotatividade [...], além de evitar a degradação maior do solo e dispersar [...] combate as pragas, permitia o manejo de áreas mais amplas, possibilitando nas roças mais

---

<sup>8</sup> Sistema de queimadas e de fertilização da terra com as cinzas.



antigas, a formação de regiões ricas para a coleta e a caça (BRAND, 1993, p. 111).

A situação atual não permite esse processo, já que estão confinados, sendo as terras insuficientes para a população existente e, ainda, segundo o capitão Luciano Avalo<sup>9</sup>, o apoio concedido por órgãos públicos está sendo insuficiente, não atendendo todas as famílias, atrasando o plantio e inviabilizando essa atividade na Aldeia:

[...] até a mandioca está sumindo, quase ninguém está colhendo milho, ninguém colheu arroz, nem feijão, só ta tendo capim, [...] ai tem que sofrer, [...] ai tem que pegar uma enxada e enfrenta o capim, enfrenta o capim da enxada até nós faz, mas só um pedacinho assim, um canteirinho assim pra limpar né? Mas pra passar o ano inteiro não dá, só um pouco, [...] quem quer produzir ta tendo que comprar veneno pra dessecar o capim pra poder plantar.

A Reserva possui uma composição étnica formadas pelos Caiuás (Kaiowá), Guarani (Ñandeva) e os Terenas, gerando conflitos étnicos dos dois primeiros com os Terena. Os contatos entre os Guaná (Terena) e os Guarani nunca foram amistosos, havendo muitas historias de conflitos. (BITTENCOURT&LADEIRA, 2000).

Grupos de Terena foram trazidos para a Reserva pelo SPI, no intuito de ensinar técnicas de agricultura para os Guarani (Ñandeva) e Kaiowá, como apresenta Mangolin (1993), que na década de 30, um grupo de índios Terena (família Aruak), habitantes de uma região mais ao norte foi levado para a área indígena de Dourados, com o objetivo de civilizar os Guarani-Kaiowá ali localizados. Para Wenceslau (1990) os Terena são um povo tradicionalmente considerado hábil agricultor. Nesse sentido, alguns autores trabalham com o termo “pirâmide”, para classificar os grupos indígenas. Deste modo:

[...] os Terena estariam no topo da pirâmide, sendo considerados mais “desenvolvidos” e, portanto, superiores aos demais. Os Guarani viriam a seguir e, por último, os kaiowá os quais, por serem considerados os mais “atrasados” [...] nutriram um forte sentimento de “inferioridade” (TROQUEZ, 2006, p. 41).

Neste contexto, os Terena possuiriam os melhores roçados, as melhores moradias e, ainda, maior facilidade em se relacionar com os outros povos. Os Guarani, por sua vez, seriam inferiores. Nesse contexto, desenvolveu-se entre eles uma relação de dominação do Terena sobre os Guarani, gerando inúmeros conflitos étnicos de interesses próprios, evidenciando a subdivisão entre a área ocupada pelos Terenas, e a dos Guarani.

Um dos problemas mais evidenciados pela mídia é o relacionado à desnutrição infantil, que chegou a alarmantes 140 mortos por 1000 nascidos em 2001, segundo a FUNASA. Estando diretamente ligado à má alimentação, causado pela falta de alimentos na Aldeia, tendo em vista a dificuldade em produzi-lo ou adquiri-lo e à precariedade a qual essas famílias e principalmente as crianças estão submetidas.

A violência é outro problema que está no cotidiano dos indígenas da Reserva, quase sempre motivada pelo consumo de bebidas alcoólicas e agora também, pelo uso de drogas, resultando em brigas, assassinatos, estupros, assaltos, agressão, conflitos étnicos e de poder. Logo, Barboza (2001) destaca como sendo:

[...] um profundo impasse cultural e a sua superação indica o caminho do resgate do modo de ser tradicional Guarani/ Kaiowá. Em 14 anos, contam-se 337 Guarani/Kaiowá mortos em circunstâncias muito semelhantes:

---

<sup>9</sup> Entrevista realizada no dia 10 de dezembro de 2007.

envenenados por ingestão de produtos químicos utilizados na agricultura ou por enforcamento (BARBOZA, 2001, p. 2).

Esses fatores têm provocado entre os indígenas, a falta de perspectiva de vida. Associado ao processo degradante pelos quais os indígenas estão submetidos, em especial os Guarani. Motivados pela descrença de seus princípios religiosos, pelo enfraquecimento da estrutura familiar, pela falta de terra, têm levando os indígenas a morrer em silêncio, um a um.

### **Alternativas encontradas no território indígena ou fora dele**

Em contrapartida aos problemas citados, há a busca pela sobrevivência e, conforme analisado anteriormente, os Guarani, diferentemente de outros povos, se caracterizam pela estreita relação com o território, e também pela sua frágil adaptação a valores externos. Mas devido a inúmeros problemas que enfrentam cotidianamente para sobreviver e manter seu modo de vida estão se “adaptando” às atuais condições e oportunidades impostas pelo mundo contemporâneo, mesmo que isso custe à perda dos seus costumes tradicionais, como já acontece com as últimas gerações.

Deste modo, a luta periódica pela sobrevivência estimula os indígenas a procurarem, além da agricultura de subsistência, inúmeras alternativas.

As fontes de rendas das famílias restringem-se à venda da mão-de-obra, recebimento de aposentadorias, comercialização porta a porta de poucos produtos tais como mandioca, batata-doce e algum artesanato [...]. Já é cena comum a observação de famílias inteiras perambulando pela cidade, mendigando em bares e restaurantes ou em feiras livres, a cata de restos de comida (BARBOZA, 2001, p. 5).

Entretanto, a agricultura familiar, mesmo em dificuldade, possui grande destaque, já que, associada à coleta, caça e pesca, sempre foi um dos principais meios de sustento dos indígenas. Como destaca Brand (1993), os indígenas têm a terra como principal meio de produção, a agricultura, junto à coleta e à caça, é a atividade básica no esquema produtivo.

Na Aldeia Bororó cultivam-se na maioria das vezes milho, batata-doce, abacaxi, feijão, banana, cana-de-açúcar, pequenos pomares, às vezes hortaliças, e a mandioca - que é o principal produto cultivado na aldeia pelos indígenas - além de pequenas criações de galinhas, patos, porcos e em alguns casos de gado.

A partir da análise das 110 famílias, percebemos que 91% destas cultivam mandioca e desse percentual, 24% comercializam o excedente. A banana, outro produto bastante cultivado (75% dessas famílias) e raramente é comercializado. Já o cultivo do milho não passa dos 45% pelas famílias analisadas, sendo destinado para o consumo próprio, alimentação das criações e comercialização, principalmente do milho verde. A cana-de-açúcar é cultivada por 30% das famílias e uma pequena parcela é comercializada com proprietários de garapeiras de Dourados. O feijão, batata-doce e abacaxi são cultivados por 25 % das famílias e basicamente para o consumo próprio. Verifica-se, que todos os produtos cultivados são para o consumo próprio, mas isso não impede que os indígenas comercializem o excedente, prática intensificada na Aldeia devido à falta de alternativas e oportunidades, tendo como objetivo, uma renda.

Pequenas criações de galinhas e vacas representam fontes de alimentação e comercialização, atividade presente entre quase todas as famílias analisadas. Destas, 20% comercializam. A criação de patos e porcos é basicamente para consumo próprio.

O artesanato, característico da cultura indígena, é uma alternativa de poucas famílias, o que revela perda de princípios tradicionais. Todos esses produtos citados são em

sua maioria comercializados na cidade de Dourados, muitas vezes vendidos porta a porta nas casas e também nas ruas.

Problema citado, mas que também é uma alternativa encontrada - principalmente pelos que não tem condições de cultivar, seja pela idade, pelo não acesso a maquinários e implementos agrícolas ou simplesmente pela falta de interesse e desestímulo de trabalhar com a terra - é o arrendamento de suas terras a latifundiários da região ou a outros indígenas. Recebem em dinheiro ou em produto pelo arrendamento, prejudicando a realização do seu *tekoha*, já que intensifica a monocultura e o monopólio das terras.

Em decorrência das dificuldades de produzir seus alimentos, é comum encontrarmos várias famílias “mendigando” e perambulando pela cidade, de porta em porta, por um prato de alimento, remexendo lixos, em busca de restos de comida.

Entre as alternativas, a que mais se desenvolve é a inserção no mercado de trabalho, como mão-de-obra barata. Muitos estão se submetendo aos trabalhos fora dos limites da Aldeia, em fazendas e na cidade, em obras da construção civil e como empregadas domésticas. Mas a atividade mais intensificada é o relacionado ao trabalho nas usinas de cana-de-açúcar, no corte dos canaviais. Ailton Fernandes<sup>10</sup> nos relata:

[...] nós plantava banana, batata, era milho, era feijão carioquinha, feijão catador, nós plantava arroz, nós plantava de tudo um pouco [...] nós tinha até um pouco de vaca [...], mas daqui pra cá, não tem mais jeito, [...] agora tem que trabalhar fora, agora tem que trazer recurso de fora pra poder melhorar a situação de nossa família [...] hoje pouco pai de família fica aqui na Aldeia, só ta ficando as mulherada, tudo ta fora.

Na Aldeia Bororó, em torno de 435 índios trabalham no corte de cana, representando mais de 7% da população da Aldeia. Partindo para a análise das 56 famílias analisadas, cerca de 60% dessas famílias possui alguém trabalhando nos canaviais. Já pessoas que trabalham em fazendas, construção civil, ou fazem trabalhos temporários (diaristas), representam 15%. E por fim, as pessoas que não possuem ocupação fora da aldeia representam 25% dessas famílias, que sobrevivem a partir de outros meios. Na figura 2, observamos indígenas no corte de cana-de-açúcar.

**Figura 2** – Indígenas no corte de cana-de-açúcar



**Foto:** Ernesto de Souza, 2000.

Esses dados apontam para o crescimento da busca pela sobrevivência fora dos limites Aldeia, sendo isso preocupante, tendo em vista, que a inserção dos indígenas na

<sup>10</sup> Entrevista realizada no dia 10 de dezembro de 2007.

sociedade local e no mercado de trabalho não é um processo tranqüilo, pois existe uma grande carga de preconceito e discriminação em relação a eles. Muitas vezes, seus direitos trabalhistas são desrespeitados. Há integração à sociedade local através do mercado de trabalho, como mão-de-obra, mas não como cidadãos.

### **Atuação do poder público local**

Na década de 90 do século XX, a Reserva de Dourados foi considerada pelo governo federal a área indígena mais problemática do país devido ao registro de inúmeros casos de suicídio. Intensificaram-se assim, ações para o interior das Aldeias nos últimos anos, principalmente por parte do poder público local.

Os objetivos dessas ações são criar mecanismos e oportunidades de geração de renda, reforçar a relação com o território, amenizar a miséria existente, combater a desnutrição, fortalecer a estruturação comunitária e de cooperativismo, mas principalmente resgatar a perspectiva de vida entre os indígenas. Dentro desse contexto, destacaremos aqui, algumas das ações<sup>11</sup> destinadas ao povo indígena.

O *Projeto Estrela Ará Poty*, de habitação indígena, executado em 2005. Foram construídas 200 unidades. Figura 03. Justificado pelo déficit de moradias nas aldeias, pela extrema precariedade das existentes, pelas péssimas condições sanitárias e pela miséria extrema as quais essas famílias indígenas estavam submetidas. Visava elevar a qualidade de vida das famílias indígenas, instalação e abastecimento de água e energia elétrica em todas as unidades, acompanhamento social com aplicação de cursos - de adorno e oficina de sabão - escolhidos pelos indígenas, beneficiando cerca de 50 famílias que se mostraram interessadas em participar. Financiado: Prefeitura de Dourados, FUNASA e Caixa Econômica Federal. Custo de R\$ 5.600,00 por unidade habitacional.

**Figura 3** – Casa do projeto “Estrela Ará Poty”



Foto: Santana Junior, 2006.

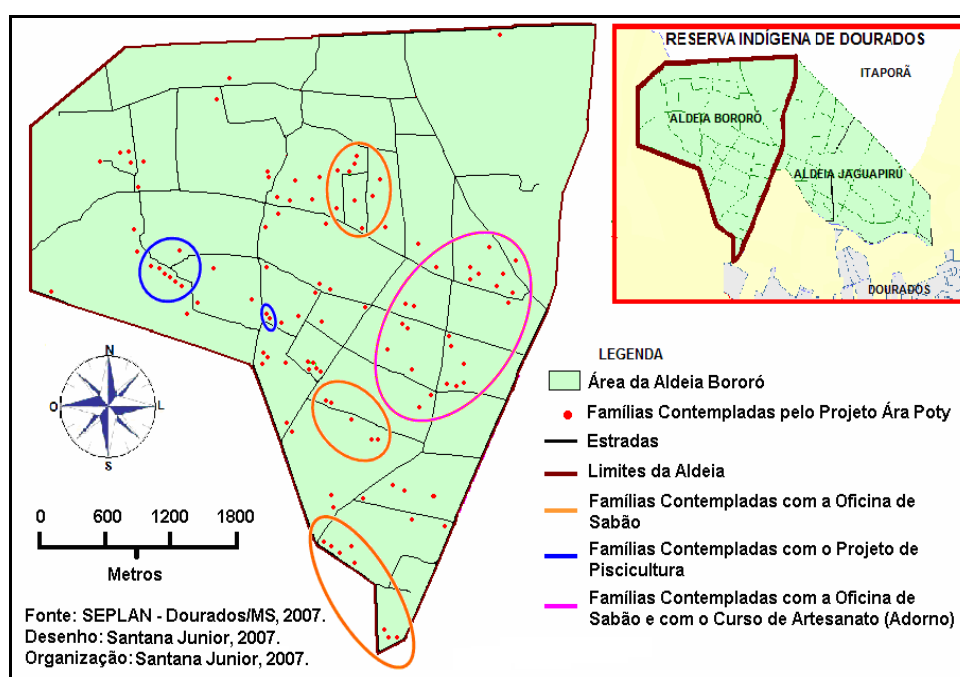
O *Projeto de Ações Comunitárias*, em execução, atende a comunidade indígena para preparo de solo, perfazendo uma área de cerca de 700 hectares a cada safra, beneficiando cerca de 70% das famílias analisadas. Justificado, pela necessidade do uso de tratores e implementos e, na Reserva há insuficiência de maquinários e implementos agrícolas, impedindo o cultivo. Visava oferecer serviço de preparo de solo e outras ações que necessitem o emprego de máquinas pesadas, possibilitando a melhoria do processo de produção. Financiamento: Prefeitura de Dourados. Custo de R\$ 277.150,00.

<sup>11</sup> Fonte: Prefeitura Municipal de Dourados/MS.

O *Projeto Viveiro de Mudanças Araporã*, em execução, visa à implantação de um viveiro para produção de mudas de espécies diversas. Justificado pela degradação dos recursos naturais, processos erosivos, contaminação e assoreamento dos mananciais de água. Visa à produção de mudas de diversas espécies; gerar oferta de mudas necessárias para o problema ambiental; e motivar ações de conservação dos recursos naturais. Financiamento: Prefeitura de Dourados e ENERSUL. Custo total R\$ 9.203,00.

O *Programa de Piscicultura na Terra Indígena de Dourados*, em execução. Justificado pela frágil segurança alimentar e escassez de recursos naturais. Alternativa de produção de alimento altamente protéica em espaços menores. Visa instituir ações de segurança alimentar; produção de excedente comercializável; melhor aproveitamento e conservação dos mananciais de água. A meta total do projeto é construir 50 viveiros de engorda de peixes. Financiamento: Prefeitura de Dourados e MMA/MDS. Custo de R\$ 508.000,00. Capacidade total de criação dos viveiros é de 69.320 peixes.

**Mapa 1 – Ações do poder público na Aldeia Bororó**



Em análise as ações citadas, percebemos que são medidas que visam inserir a população indígena ainda mais na economia local, tendo em vista, o incentivo às atividades comerciais. Para Brand (1993), a ação dos governos, aparece como uma ação planejada e conduzida numa perspectiva, orientada e objetivada em vistas à integração dos índios à economia regional.

Ações essas, que atuam não no sentido de resgatar traços culturais tradicionais que foram enfraquecidos com o confinamento e com o atual sistema vigente. Mas atuam no sentido lógico da economia - produção e comercialização. Visam criar mecanismos e oportunidades de geração de renda. Em sua maioria são ações impostas, sem a participação do público alvo na elaboração dessas ações, no caso os indígenas.

### Considerações finais

A partir do estudo realizado, percebemos que a cultura indígena está em um processo de transformação, devido a processos que desestruturam seu modo de vida, já que, historicamente, os Guarani, diferentemente de outros povos, caracterizam-se pela forte relação com o território e com seus traços culturais, mas que hoje encontram-se inviabilizado devido

ao confinamento a que estão inseridos, tendo que buscar a reprodução da sua existência a partir de outros costumes, quase sempre não índios.

Constatamos que o confinamento e a miséria enfrentada pelas famílias indígenas provocam grandes desconfortos entre os mesmos, levando-os a romper com seus costumes tradicionais, para buscar meios de sustentar sua família. Muitas vezes, adaptando-se a ações externas, como a comercialização de seus produtos e a venda da sua força de trabalho, além, de enfrentar preconceitos e discriminações, barreiras que eles encontram nessa nova etapa de luta fora da Aldeia. Esses fatores, não enterram os sonhos de melhores condições. A luta indígena continua dentro e fora do seu território.

Com o “confinamento”, o *tekoha* enfraqueceu-se, a relação dos indígenas com o território fragilizou-se, não sendo mais auto-suficientes no sentido espiritual e místico e, principalmente, na relação de sobrevivência, na produção e reprodução de alimentos. Logo, há apenas a relação “residencial” com o território, como acontece em alguns casos, resultado das políticas de confinamento, estabelecidas pelo Estado. E o pior, a sociedade não índia, não se vê como responsável, se absolvendo, e julgando apenas como problemas internos e culturais das comunidades indígenas.

Historicamente, os Guarani, tiveram suas terras saqueadas, foram “confinados” e submetidos à cultura assalariada. Tudo isso aconteceu e acontece em função da ação do Estado, que viabilizou políticas de colonização para região, agregando as populações indígenas como força de trabalho e como pequenos produtores, desarticulando e enfraquecendo, o “modo de ser”, visando, inseri-los no contexto econômico regional. Estruturando à sua forma, o Estado tem atuado apenas numa perspectiva unilateral, à da sociedade capitalista. O assalariamento a que os indígenas se submetem inviabiliza o “modo de ser” Guarani, já que, desarticula suas relações, enfraquece e fragmenta sua estrutura familiar, fomentando ainda mais o enfraquecimento cultural tradicional.

Parece-nos que as políticas públicas atuam na tentativa de camuflar os direitos e os problemas religiosos, místicos, sociais, culturais dos indígenas, introduzindo ações que na maioria das vezes são impostas aos indígenas, que quando trazem alternativas e soluções, são temporárias e sem a participação indígena na elaboração e no desenvolvimento dessas ações, inserindo ainda mais costumes externos ao interior da Reserva, gerando ainda mais desarticulações e fragmentações internas.

### Referências Bibliográficas

ALMEIDA, R. F. T. **Do desenvolvimento comunitário à mobilização política: o Projeto Kaiowá Nandeva como experiência antropológica.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2001.

ALMEIDA, R. F. T.; MURA, F. **Povos indígenas do Brasil: Guarani, Kaiowa e Nandeva.** [S.l.]: Instituto Sócioambiental, 2003. Disponível em: <[http://www.socioambiental.org/pib/epi/guarani\\_kaiowa/loc.shtm](http://www.socioambiental.org/pib/epi/guarani_kaiowa/loc.shtm)>. Acesso: em 04 abr. 2006.

AZEVEDO, F. *A transmissão da cultura.* São Paulo: Edições Melhorando/Instituto Nacional do Livro, 1976.

BARBOZA, L. E. G. **A procissão dos mortos vivos Guarani-Kaiowá: contrapondo ao projeto neoliberal de desenvolvimento.** 2001.

BITTENCOURT, C. M.; LADEIRA, M. E. **A história do povo Terena.** Brasília: MEC, 2000.

BRAND, A. **O confinamento e seu impacto sobre os Pai/Kaiowá.** 1993. Dissertação (Mestrado História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

\_\_\_\_\_. **O impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá/guarani: os difíceis caminhos da palavra.** 1997. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

CONRADI, C. C. N. **As ações do Estado Nacional e trajetória política dos Guarani Ñandeva no oeste do Paraná (1977-1997).** 2007. Dissertação (Mestrado História). Dourados, MS: UFGD.

GADELHA, R. M. **As missões jesuíticas do Itatim, estrutura sócio-econômicas do Paraguai colonial – Séc. XVI e XVII.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GRESSLER, L. A; SWENSSON, L. J. **Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul: destaque especial ao Município de Dourados.** Estado: Gressler, 1988.

HAESBAERT, R. Des-caminhos e perspectivas do território. *In:* RIBAS, A. D. et. al.(orgs). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens.** Francisco Beltrão : Unioeste, 2004.

LACERDA, M. A. **História e cultura de comunidades indígenas na localidade de Dourados: memória, identidade e desenvolvimento local - aldeia Bororó e Jaguapirú.** Disponível em: <<http://www.ucdb.br/coloquio/arquivos/munier.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2006.

MANGOLIN, O. **Povos indígenas no Mato Grosso do Su: viveremos por mais 550 anos.** Campo Grande/MS: CIMI/MS, 1993.

NUNES, W. A. G. A. **Tekoha: espaço vital da cultura indígena.** Disponível em: <<http://www.cpa0.embrapa.br/Noticias/artigos/artigo17.html>>. Acesso em: 04 abr. 2006.

ORLANDI, E. **Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo.** São Paulo, Cortez: 1990.

RAFFESTIN, J. C. Território e poder. *In:* **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993. Tradução de: Pour une géographie du pouvoir. Paris: Litec, 1980. 269p.

SILVA, M. A. O movimento dos Guaranis e Kaiowá de reocupação e recuperação de seus territórios em Mato Grosso do Sul e a participação do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) 1978-2001. Dourados, MS: UFMS, CDPO, 2005.

SUSNIK, B. **Los aborígenes del paraguay II.** Etnohistoria de los Guaranies. Epoca colonial. Assunção: Museu Etnográfico “Andres Barbero”, 1979-1980.

TROQUEZ, M. C. C. **Professores índios e transformações socioculturais em um cenário multiétnico: a Reserva Indígena de Dourados (1960-2005).** 2006. Dissertação (Mestrado História). Dourados, MS: UFGD.

WENCESLAU, M. E. **O índio Kayowá e a comunidade dos brancos.** 1990. Dissertação (Mestrado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo.